



FEMINISMO E AGROECOLOGIA

Entrevista com Emma Siliprandi Por Laetícia Jalil e Andrea Butto - UFRPE

Emma Siliprandi é feminista. Formada em Engenharia agrônômica pela UFRGS, mestra em Sociologia Rural na UFPB e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB com estágio na Universidade de Valladolid, Espanha. Especialista em Economia do Sistema Agroalimentar (CeFAS, Itália) e em Políticas Agrícolas (UNICAMP). Trabalhou como consultora em diversas instituições internacionais: FAO, PNUD, ONU-Mulheres e União



Européia no Brasil e coordenou o Projeto de Cooperação Técnica FAO/MDA. Em 2012-2013, integrou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Entre 2009 e 2014, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) UNICAMP. Coordenou o Projeto de apoio às estratégias nacionais e sub-regional de Segurança alimentar e Nutricional (SAN) e de superação da pobreza nos países da América Latina e Caribe no Escritório Regional da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação em Santiago (Chile). Sempre esteve junto com o movimento de mulheres rurais realizando pesquisas sobre temas importantes como feminismo, ecofeminismo, gênero, segurança e soberania alimentar e políticas públicas, com ênfase no feminismo e agroecologia. Sua tese de doutorado “Mulheres e Agroecologia: A construção de novos sujeitos políticos”, inspirou a realização do documentário *As Sementes* dirigido por Beto Novaes Tem vários artigos publicados e é uma grande referência para pesquisadoras e militantes feministas no Brasil e no mundo. Atualmente trabalha na FAO em Roma e também é professora colaboradora de cursos de Mestrado e Doutorado em Agroecologia (Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, Espanha).

Jalil e Butto: Você é uma grande referência nos estudos de gênero e agroecologia no mundo. Fale-nos quais foram suas motivações para iniciar os estudos neste tema.

Emma Siliprandi: Com muito orgulho e carinho reconheço que minhas pesquisas e meu ativismo têm sido uma referência no Brasil e em alguns círculos da América Latina; gosto de pensar que não é apenas um reconhecimento pessoal, mas de todo



um movimento do qual fiz (e faço) parte. Como disse Marielle Franco, “eu sou porque nós somos”. Porém, tenho que admitir que o diálogo com pesquisadoras de outras regiões do mundo ainda é muito inicial. Em parte, porque as realidades são diferentes, em parte pelas dificuldades do idioma, e também porque não é fácil romper a posição subordinada, colonialista, que existe entre o norte e o sul global, também no campo da pesquisa. E isto é uma pena, porque percebo que, apesar das especificidades, a experiência do Brasil é muito rica e tem muito a contribuir – e obviamente também a aprender – com essa interação. Comecei a trabalhar com o mundo rural, como agrônoma, nos anos 1980, e desde o início me dei conta que as agricultoras eram invisibilizadas. Elas tinham uma vida muito difícil, muitas vezes sofriam violências, mas não eram ouvidas, era como se elas fossem cidadãs de segunda categoria. Isso me tocava pessoalmente, porque muitas vezes eu também me sentia assim como profissional. Então, a minha primeira impressão foi de empatia com relação às mulheres rurais, mas, ao mesmo tempo, eu tendia a colocá-las no papel de vítimas, de “coitadinhas”. Depois, à medida que fui me envolvendo com os movimentos, fui conhecendo mulheres líderes que fugiam do estereótipo da submissão; elas enfrentavam a luta contra os patrões, mas também disputavam espaço com os “companheiros”, rompiam expectativas dentro das famílias e das comunidades. E comecei a prestar mais atenção a elas, conversar com elas, entender as suas motivações. Vi também que os grupos de mulheres eram ambientes muito mais acolhedores do que os espaços mistos, eram lugares onde se cuidava umas das outras, se cantava e dançava... ou seja, a vida delas não era só sofrimento. Fui mudando essa minha visão e crescendo junto com elas, nas lutas nas quais elas estavam envolvidas. Então, já nos anos 2000, quando passei a acompanhar o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Mulheres da ANA), e comecei meu doutorado, foi natural que essa questão se transformasse em tema de pesquisa. Tive a oportunidade de conviver com lideranças do Brasil inteiro, que estavam há muitos anos nessa construção. Trabalhavam com alimentação saudável, sementes nativas, lutavam contra o uso de agrotóxicos, grandes projetos do agronegócio, e tantas outras questões. E também conheci técnicas, agrônomas e outras assessoras, que iam na mesma direção, enfrentando essas batalhas junto com as agricultoras. E, nessas jornadas, iam reposicionando a questão do feminismo, discutindo também os machismos que enfrentavam no cotidiano, construindo alternativas baseadas no apoio mútuo entre mulheres, a chamada *sororidade*. Mas toda essa força transformadora, essa potência política,



continuava sendo considerada secundária, tanto no setor acadêmico quanto dentro dos movimentos. Uma das muitas decorrências dessa invisibilidade era, por exemplo, a quase inexistência de políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres rurais para poder desenvolver as suas atividades produtivas. Então, tudo foi se juntando: a percepção de uma injustiça social histórica, estrutural, com relação às mulheres rurais; o reconhecimento de que elas estavam se constituindo como sujeitos políticos, com seus conhecimentos e propostas; a falta de estudos e pesquisas nessa área; e mais tarde, depois de 2003, a oportunidade de transformar essas reflexões em políticas concretas que melhorassem as suas condições de vida. Em 2008, fiz um estágio de doutorado na Espanha, na Universidade de Valladolid, com a professora Alicia Puleo, onde pude me aprofundar sobre o Ecofeminismo, um conjunto de teorias que analisa justamente as interconexões que existem entre a exploração da natureza no capitalismo e a opressão das mulheres. Tudo isso foi me levando a trabalhar o tema de forma integrada, buscando entender as razões teóricas e históricas que estavam por trás da invisibilidade dessas mulheres, e também dando voz a elas e às suas organizações. Na prática, juntando o feminismo com a agroecologia. Depois, na FAO, onde estou trabalhando há sete anos, percebi que havia todo um mundo “lá fora”, para além da América Latina, em que as mulheres rurais também enfrentavam lutas semelhantes, com as quais teríamos muito a intercambiar. Para dar um exemplo, seria muito interessante se pudéssemos conhecer melhor a experiência do programa *Zero Budget Natural Farming* (Agricultura Natural Custo Zero), do sul da Índia. É uma proposta que partiu dos grupos de autodefesa das camponesas, que se formaram para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Por conta das dívidas que tinham com intermediários decorrentes da compra de insumos, elas ficavam em uma posição muito vulnerável. Então inventaram formas naturais de produzir sem comprar nada de fora da propriedade, e foram transmitindo os conhecimentos de forma horizontal entre elas. Hoje estão presentes em três mil povoados, atingindo quase 600 mil pessoas. O Governo do Estado de Andhra Pradesh está transformando essa experiência em um programa estatal, e quer atingir seis milhões de camponeses até 2024. É uma história impressionante de auto-organização e inovação tecnológica ambientalmente sustentável, feita totalmente de baixo para cima, com protagonismo das mulheres, e em grande escala. Por outro lado, também poderíamos contribuir na discussão sobre políticas públicas, a partir da experiência do Brasil. Não conheço nenhuma outra política que explicitamente inclua as mulheres rurais como fornecedoras para as



compras públicas, como é o caso da PAA. Da mesma forma, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, fruto de muitas lutas dos movimentos organizados, destaca-se dos programas que existem em outros países pela ênfase que coloca no atendimento às demandas das mulheres. Então vejo que há muito espaço para diálogos e aprendizado conjunto. Mas, obviamente, o Brasil é um país imenso e muito complexo, então se conseguirmos consolidar a articulação de mulheres rurais dentro do país já será um feito enorme.

Jalil e Butto: A partir de 2013 os movimentos de mulheres no Brasil, junto com acadêmicas e militantes do movimento agroecológico lançam o tema: Sem feminismo, não há agroecologia! Pode comentar as intersecções entre feminismo e agroecologia?

Emma Siliprandi: Começemos por uma pergunta simples: quem são os sujeitos da agroecologia? Que pessoas estão envolvidas nos sistemas de produção agroecológicos, vistos em seu conjunto, desde a produção agrícola até o consumo dos alimentos? Se a gente parar para pensar, vai se dar conta que todo mundo está envolvido: mulheres, homens, jovens, pessoas mais velhas. Considerando especificamente o papel das mulheres, vemos que elas aparecem de diversas formas. São produtoras rurais, agroextrativistas, pescadoras, quilombolas. Há também aquelas que constroem a agroecologia a partir de outras instituições, como as universidades, as entidades de assistência técnica, os bancos, as cooperativas, os órgãos públicos, etc. Todas trabalham na produção e na reprodução das famílias, mas – não esqueçamos! – são seres *pensantes*, estudam, experimentam, inventam novas tecnologias, elaboram propostas políticas, se organizam. Porém, como sabemos, elas estão historicamente em situação de desvantagem. No caso das rurais, têm menos acesso à propriedade, a instrumentos de trabalho, a capacitações, a financiamentos. Muitas vezes nem sequer têm renda no seu nome. As urbanas têm menores salários, menos acesso a cargos de chefia, enfrentam duplas e até triplas jornadas de trabalho. Todas sofrem de sub-representação na política, convivem com



restrições à sua liberdade, são alvos de violência, pelo fato de ser mulheres. Isso tem a ver com o fato de que nossas sociedades são patriarcais, ou seja, apesar da aparência de igualdade, a maioria das leis, a cultura, o estado, as religiões, favorecem aos homens. Então os homens hegemonomizam o poder econômico, político e social. E vão se perpetuando nesses papéis graças a construções de masculinidade e feminilidade marcadas pela desigualdade. Ora, a agroecologia não é imune a esses problemas. Então, mesmo entre os movimentos sociais, ocorrem várias situações que se configuram como injustas e opressivas para as mulheres. Por exemplo, o fato de elas não serem reconhecidas como produtoras rurais, ficando relegadas aos papéis de esposas/ajudantes. Os homens são “os produtores”, “os cientistas”, “as referências”. Elas sempre tendem a estar em lugares secundários, e com isso, seus problemas não entram para a pauta política geral da agroecologia. Alguns companheiros, aliás, se sentem ofendidos quando as mulheres levantam essas questões, levando para o lado pessoal. Outros argumentam a agroecologia é baseada na produção familiar, e, portanto, falar de temas de mulheres seria atacar a família, uma instituição “inquestionável”. Mas sabemos que é dentro das famílias que as relações desiguais de poder se estruturam, com consequências graves sobre a vida das mulheres. Recusar-se a discutir esses privilégios obviamente não ajuda a construir uma sociedade mais justa. A agroecologia é uma proposta de mudança nas relações da humanidade com a natureza, em busca de mais harmonia. O mesmo deve existir entre as pessoas que fazem a agroecologia. Não é apenas uma mudança tecnológica, e sim uma mudança de valores, cultural e política. Então reivindicamos a incorporação dos Estudos Feministas entre as bases teóricas que fundamentam a agroecologia, como uma forma de entender porque continuamos perpetuando essas desigualdades, e como fazer para mudá-las. Mas o feminismo vai estar presente (como já está) também pela ação direta das mulheres denunciando essa situação,



onde quer que ela se manifeste, e propondo alternativas. Gosto muito de ver que, depois de muito ativismo das feministas dentro dos movimentos agroecológicos, sobretudo das jovens, além das questões de gênero, nos últimos anos também têm se levantado questões relacionadas com a interseccionalidade, por exemplo, sobre o racismo, do respeito aos direitos das diferentes etnias, à diversidade sexual, entre outras questões. Os movimentos estão sempre se reinventando e obrigando a gente a repensar as nossas práticas cotidianas. Temos que avançar para a construção de um sistema agroalimentar mais justo para todas as pessoas, com base na agroecologia, em que não haja nenhum tipo de exploração ou opressão. Então, para mim, está claríssimo: sem feminismo não pode haver agroecologia.

Jalil e Butto: Qual é a sua percepção da trajetória dos estudos sobre agroecologia feminista no Brasil? Para você quais os desafios da agenda de pesquisa neste campo de estudo?

Emma Siliprandi: No período compreendido entre os anos 1980 e até o início dos anos 2000, a maioria dos estudos nessa área se dedicou à questão da invisibilidade do trabalho produtivo das agricultoras, mostrando que elas estavam envolvidas nessas atividades, mas não eram reconhecidas e não recebiam a remuneração adequada pelo seu trabalho. Se reivindicava o status de trabalhadora/agricultora/produtora rural, como forma de legitimar as suas demandas produtivas (ter acesso à terra, a financiamentos) e também relativas aos direitos sociais, especialmente à previdência. Foi o período das campanhas de sindicalização, pela exigência de ter o seu nome no título da terra, para ter nota de produtora rural. Ao mesmo tempo, começaram a aparecer pesquisas sobre os vários movimentos de mulheres rurais que emergiam: dentro do MST, no sindicalismo rural, os movimentos autônomos de mulheres, as quebradeiras de coco babaçu, as



mangabeiras, entre outros. Sempre com o foco na visibilidade, mostrando que elas existiam, quais eram as suas lutas, como se organizavam, mas também começando a reconhecer que elas tinham propostas políticas diferenciadas – o que, diga-se de passagem, não é ruim em uma democracia. Digo isso porque, muitas vezes, sinto que há uma pressão sobre o conjunto dos movimentos de mulheres, para que se unifiquem de uma forma artificial, desrespeitando o sagrado direito à diferença política. Como se ser parte do sujeito político “mulher” (ou “mulher rural”, neste caso) obrigasse todas a pensar da mesma maneira. A partir dos anos 2000, surgem as Marchas das Margaridas, com enorme impacto na agenda política brasileira, pressionando os governos por reivindicações específicas. Desde o início, as Margaridas levantaram pautas relacionadas com a agroecologia e com a agricultura sustentável, o que veio a dar origem, alguns anos mais tarde, à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As mobilizações em si mesmas também passaram a ser objetos de pesquisa, desde o nível local até as marchas em Brasília. Ao mesmo tempo, começaram a surgir estudos de caso enfocando os resultados das políticas que, pouco a pouco, vinham sendo implementadas. Creio que os estudos reunidos nas coleções do Premio Margarida Alves (2006; 2007; 2008 e 2014, este último dedicado ao tema Agroecologia) e do Premio ABA-MDA Territórios Quilombolas (2006), editadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, dão uma boa ideia da pauta de pesquisa daquele período. Se formos revisitar os encontros e congressos de economia e sociologia rural daquela época, assim como aqueles específicos de agroecologia¹, vamos encontrar temas semelhantes. Mais recentemente, ganhou importância o estudo da contribuição econômica das

¹ Por exemplo, os Encontros Nacionais de Agroecologia - ENA, e os Congressos da ABA-agroecologia; ou os encontros da Rede de Estudos Rurais, os congressos da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, da Associação Latino-americana de Sociologia Rural - ALASRU, entre outros.



mulheres à produção familiar, usando elementos da Economia Feminista. A primeira dessas iniciativas foi o Projeto das Cadernetas Agroecológicas, iniciado pelo Centro de Tecnologia Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em 2011, em Minas Gerais, e que veio sendo aperfeiçoado até vir a ser adotado por organizações em todo o Brasil. As Cadernetas deram visibilidade à contribuição dos quintais produtivos das mulheres para o conjunto da propriedade, uma reivindicação que as rurais levantavam há muito tempo. Hoje as Cadernetas vêm sendo consideradas uma ferramenta útil também em outros países, pois permite dar valor ao chamado trabalho oculto realizado pelas mulheres, não só na produção mercantil, mas também nos produtos voltados para o autoconsumo das famílias. Em 2017, a ASPTA publicou o Método LUME², para a Análise Econômico-ecológica de Agroecossistemas, em que se incluiu o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres como parte integrante da sua avaliação. Essa medida é importante para discutir a carga de trabalho das mulheres nas famílias, assim como para evidenciar a contribuição dos trabalhos de reprodução para a sustentabilidade das propriedades (algo que até então não vinha sendo discutido). Por outro lado, em 2019 a FAO publicou também uma metodologia para medir a performance das experiências agroecológicas, chamada TAPE (*Tool for the Agroecology Performance Evaluation*)³ na qual se incluiu, entre os principais indicadores, uma série de itens sobre a autonomia das mulheres. Ou seja, as experiências serão caracterizadas não apenas por critérios econômicos ou ambientais (como a renda da família, a qualidade dos solos ou da biodiversidade), mas também por descritores que permitam avaliar os avanços ocorridos na vida das mulheres (como por exemplo, o acesso à terra, à renda própria, a capacitações, entre outras questões). Todos esses

² <http://aspta.org.br/2015/05/25/metodo/> ³ <http://www.fao.org/3/ca7407en/ca7407en.pdf>

³ <http://www.fao.org/3/ca7407en/ca7407en.pdf>



avanços em termos de pesquisa vão permitir consolidar a visão sobre a contribuição das mulheres para a agroecologia, não apenas do ponto de vista econômico, mas também desde outras dimensões da sustentabilidade. Da mesma forma, vão trazer insumos para discutir as relações entre produção e reprodução, tomando como base indicadores semelhantes, testados em diferentes contextos. Vejo essas metodologias como muito promissoras, embora ainda estejam apenas começando a ser aplicadas. É interessante lembrar que a inclusão dos Estudos Feministas nas pesquisas em agroecologia também tem ocorrido em outras regiões do mundo, em parte graças à militância das mulheres, como foi comentado na pergunta anterior. O lema "sem feminismo não há agroecologia", lançado no Brasil em 2013, rapidamente foi se internacionalizando, tendo sido assumido não apenas na América Latina (como é o caso do MAELA - *Movimiento Agroecológico Latinoamericano*), mas também em articulações globais. Um exemplo é o documento publicado pelo Mecanismo da Sociedade Civil do Conselho Mundial da Alimentação, da ONU, em 2019, intitulado: "*Without Feminism there is no Agroecology*"⁴. Porém, em termos de instituições de ensino e pesquisa, infelizmente, ainda há muito a melhorar. Em um estudo recente promovido pela FAO em nível mundial sobre o ensino formal de agroecologia em nível superior (graduações, mestrados e doutorados)⁵ se chegou a que apenas 15 cursos (em um total de 153, ou seja, 10%) tinham disciplinas ou áreas de pesquisa em temas de gênero/feminismo. Os temas de gênero/feminismos estão mais presentes, em geral, nos Cursos de Ciências Sociais do que nos Cursos de Agroecologia, vinculados na maioria das vezes às Ciências Agrárias/Ambientais,

⁴ http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2019/10/CSM-Agroecology-and-Feminism-September-2019_compressed.pdf

⁵ Acosta, Lucía. Mapeo de Agroecología en la Educación Superior. FAO, Roma, 2020 (em publicação).



pouco abertas a esta temática. O Curso de Mestrado e Doutorado em Agroecologia da *Universidad Internacional de Andalucía* (UNIA), na Espanha, muito conhecido em toda a América Latina, foi um dos pioneiros nesta linha. Desde 2011 oferece um módulo sobre Feminismo e Agroecologia, que originou muitas teses e dissertações sobre esses temas, algumas das quais tive o privilégio de orientar. Em quanto a uma agenda de pesquisa pendente no Brasil, creio que nos falta ainda aprofundar teoricamente o que poderia ser um feminismo camponês e popular, como vem sendo proposto por alguns setores ligados à Via Campesina, fazendo um diálogo mais próximo com teóricas latino-americanas que se situam numa visão *decolonial*. Não é a mesma coisa ser indígena ou camponesa na Guatemala, na região Andina, ou no Brasil. O que temos a aprender com as nossas *hermanas*? Como impacta entre nós a questão da colonização do saber? O Brasil é um país imenso, com tantas diversidades regionais quanto os biomas existentes. Como combinar essas diferentes visões e culturas em um projeto feminista e agroecológico que seja capaz de contemplar todas essa diversidade? Por outro lado, vejo algumas lacunas mais imediatas, como é o caso, por exemplo, do racismo. Até agora, quando falamos de racismo no campo, em geral, se faz referência às comunidades quilombolas. Mas, no campo, nem todas as pessoas negras são quilombolas. Qual a situação vivida por essas pessoas? Será que têm acesso aos mesmos bens e serviços que as pessoas brancas? Vivem especificidades, discriminações? Como isso se manifesta? Qual a vivência das mulheres negras dentro movimentos agroecológicos? Vejo aqui e ali algumas jovens pensadoras sobre esse tema, em geral negras, com ideias muito instigantes, como por exemplo, sobre as dificuldades na construção da sua autoestima por conta da existência de uma cultura de desvalorização, inclusive intelectual, das pessoas negras. Como então favorecer práticas ou experiências que se contraponham a esta desvalorização? Penso que ainda são temas



insuficientemente abordados, seja nos setores acadêmicos, seja nos movimentos. Uma terceira questão sobre a qual tampouco se têm muitos estudos é o tema da violência contra as mulheres rurais. Durante anos essa questão foi silenciada, deixando a impressão de que era um tema exclusivamente urbano. Quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor, em 2006, muitos movimentos rurais viram ali uma oportunidade de tornar pública a situação vivida por elas. Porém, ainda hoje carecemos de informações e análises que permitam pensar um programa efetivo de prevenção e eliminação desse inaceitável problema social. Tampouco sabemos em que medida o envolvimento com experiências agroecológicas pode ser um fator de minimização (ou não) dessa violência.

Jalil e Butto: Na atual conjuntura de ofensiva da ultradireita no mundo e dos avanços das corporações transnacionais no campo dos sistemas agroalimentares, quais são os desafios para este campo de estudos e de ativismo político?

Emma Siliprandi: Estamos em plena crise mundial do Covid-19, que não sabemos ainda quanto tempo vai durar, e que consequências trará para a disputa dos projetos políticos no campo. Mas já é possível intuir que não será uma batalha fácil. Nos países em que políticas mais duras de confinamento foram adotadas (como a Itália e a Espanha, por exemplo), vimos que houve um favorecimento brutal dos governos aos setores empresariais da alimentação, com pouco ou nenhum apoio à agricultura familiar e muito menos aos setores vinculados à agroecologia. Pelo contrário, na maioria dos lugares, feiras e mercados em locais abertos foram proibidos; dificuldades foram impostas aos esquemas alternativos de comercialização, como os grupos de compra solidária; pessoas chegaram a ser impedidas de trabalhar nas suas hortas familiares ou coletivas, caso se localizassem a mais de 500 m das residências. Colocou-se fortes empecilhos às iniciativas autônomas de auto abastecimento e de



economia solidária, deixando a maioria dos consumidores urbanos nas mãos dos grandes supermercados. Por outro lado, muitos produtores e produtoras rurais perderam a produção, por não poder se deslocar até as áreas de cultivo, ou ficaram sem fontes de renda, por falta de canais de escoamento. Infelizmente, as ajudas econômicas para compensar essas perdas, quando existem, são sempre muito menores do que os prejuízos sofridos. Em geral, fiquei com a impressão de que estamos ainda longe de ter o reconhecimento, por parte de setores urbanos, sobre o papel que podem cumprir as experiências agroecológicas, por exemplo, no abastecimento alimentar das cidades. Um exemplo anedótico foi o contrato realizado pela Comunidade Autônoma de Madrid com uma empresa de tele-pizza, para a entrega de lanches a alunos cujas aulas foram suspensas durante o confinamento. Porque não acionar cooperativas locais para a entrega de comida saudável, em vez de uma empresa de *fast-food*, por exemplo? Os governos, em geral, mostraram-se bastante insensíveis a qualquer solução que não estivesse alinhada com o mundo “business”. Apareceu dinheiro para os bancos, para as grandes empresas, contratos milionários, com a desculpa da situação de emergência. Mas estavam totalmente blindados às propostas alternativas, centradas nas necessidades das pessoas, e não das empresas. É verdade que também floresceram experiências de ajuda mútua, no campo e na cidade, sobretudo com relação a entrega de alimentos, algumas realmente impressionantes e comovedoras. Mas, com exceção de alguns governos locais, essas experiências não tiveram apoios da institucionalidade, e tiveram que contar exclusivamente com os seus próprios recursos. No caso do Brasil, a solidariedade foi mais presente entre nas favelas e entre as pessoas de baixa renda, dando um tapa na cara daquela classe média que só entende a lógica do “salve-se quem puder”. Oxalá muitas dessas iniciativas permaneçam e se fortaleçam, para além da crise atual. Outra questão evidenciada



pela crise, que tem sido lembrada por muitas teóricas e ativistas feministas, é que, “curiosamente”, as atividades que foram consideradas essenciais – portanto, que tiveram que continuar sendo realizadas, apesar de todos os riscos – além da alimentação, energia, telefonia, internet, etc., foram aquelas relacionadas com o cuidado das pessoas. Atividades estas, em sua maioria, realizadas por mulheres, muitas migrantes, em situação de precariedade, nunca reconhecidas, nem valorizadas. Por exemplo, aquelas que trabalham nos sistemas de saúde, nos trabalhos de limpeza, nas instituições para o cuidado das pessoas idosas, entre outras. A sociedade exige que as mulheres sigam realizando esses trabalhos, mas não lhes garante condições mínimas para que possam fazê-lo com dignidade e em segurança. Da mesma forma, nas famílias que permaneceram confinadas, a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado com crianças, doentes, idosos, mais uma vez recaiu sobre os ombros das mulheres. E a violência dentro dos lares explodiu em todos os lugares, como já está sendo reconhecido nas estatísticas oficiais. Estamos vendo no mundo inteiro uma contraofensiva aos direitos das mulheres, escudada em duvidosas noções morais e religiosas, sobretudo focadas na retirada de direitos sexuais e reprodutivos e na redução das liberdades individuais. O objetivo é fazer com que as mulheres voltem a ficar confinadas nos lares, exercendo com exclusividade o papel de guardiãs da família. Sem dúvida é um projeto retrógrado em todos os sentidos, e não é isolado, vem articulado com a retirada de direitos dos trabalhadores, das pessoas migrantes, LGBTQ e em situação de vulnerabilidade. A sua contrapartida no campo, será o encolhimento das políticas de inclusão social, com a predominância da lógica de mercado e o abandono dos setores camponeses – e dos pobres em geral – à sua própria sorte. As mulheres, mais uma vez, como tantas outras na história, serão chamadas para ser o colchão amortecedor dessas políticas de austeridade (ou *políticas austericidas*, como diz



Miriam Nobre). Mais que nunca, as experiências de organização de base devem ser fortalecidas, em uma lógica de construção democrática e solidária, que tensione as estruturas do poder econômico e político existentes, assim como a sua base patriarcal. As mulheres sempre fizeram isso em todos os lugares, em diferentes momentos históricos, e vamos continuar fazendo, lutando por um mundo onde finalmente uma vida digna e plena seja assegurada a todas as pessoas. Vamos dar continuidade às lutas das feministas que nos precederam. Sabemos que é um projeto justo, viável e que vale a pena, e essa certeza é o que nos faz continuar.

Roma, maio de 2020.